



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Políticas Públicas dos Anos 90:

Um Panorama sobre o Incentivo ao Setor Tecnológico no Brasil Durante a “Era Cardoso”

Bárbara Regina Vieira Lopes

Como citar: LOPES, B. R. V. Políticas Públicas dos Anos 90: um Panorama sobre o Incentivo ao Setor Tecnológico no Brasil Durante a “Era Cardoso”. IN: CAMARGO, J. M. CORSI, F. L. VIEIRA, R. L (org). **Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p165-186. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p165-186>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ANOS 90: UM PANORAMA SOBRE O INCENTIVO AO SETOR TECNOLÓGICO NO BRASIL DURANTE A “ERA CARDOSO”

Bárbara Regina Vieira Lopes¹

1 INTRODUÇÃO

A intensa globalização, juntamente com as práticas neoliberais, são temas centrais das indagações sobre a evolução da economia política mundial. De acordo com François Chesnay (1996) fora nos anos 70, no mundo jornalístico, que se originou o termo “globalização”, e como ressalta Luciano Coutinho (1996), tal termo ganhou adeptos em todas as suas esferas, inclusive:

[...] alguns acadêmicos imaginaram equivocadamente um mundo sem fronteiras econômicas, o qual acarretaria em uma suposta quebra generalizada de barreiras comerciais e não-comerciais nas transações mundiais. O evidente conteúdo ideológico do termo “globalização” provocou [expressiva] rejeição no meio científico [...] (COUTINHO, 1996, p. 219).

Neste contexto, a atual interpretação dominante apresenta este fenômeno como uma singular ruptura histórica, que impõe a convergência universal para agendas liberalizantes; “além de associá-la ao neoliberalismo, a mídia ainda descreve

¹ Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp campus Marília – PIBIC/CNPq.

a globalização como: recente, natural, positiva e inevitável” (VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 34).

Esta interpretação baseia-se em uma falsa premissa, pois, a intensa globalização constitui-se em uma nova fase do capitalismo, o qual remonta no mínimo cinco séculos de história, diferentemente do neoliberalismo, atuante há aproximadamente três décadas.

A ascensão da agenda neoliberal ocorreu no início dos anos 80, com o começo da Era Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos, e a partir de então, tais políticas são consideradas o arcabouço de medidas orientadas para a desestatização de empresas públicas e desregulamentação de atividades econômicas, é a revitalização da ideologia centrada na maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção estatal, preferência pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e menor compromisso com a proteção social.

A implementação da agenda liberalizante é considerada, de uma maneira ampla, uma das formas de se conduzir o processo de globalização. A implementação da agenda (neo)liberal não passa de mera opção política, passível de mudança, revisão e/ou superação; basta historicamente lembrarmos que a hegemonia liberal do século XIX foi sucedida pelas idéias Keynesianas polarizadas por arranjos não-liberais no século XX.

O período dos anos de 1980 – conhecidos como “a década perdida”²–, também foi marcado por fortes crises econômicas, principalmente nos países periféricos, localizados na América Latina. A fim de superarem tais crises e retomarem seus respectivos dinamismos econômicos, novas políticas comerciais e financeiras, de caráter neoliberal, foram estabelecidas. Como resume Moreira (1997 *apud* VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 38), os esforços de alguns Estados, para a aplicação de tais políticas foram ousados e intensos:

[...] os pontos de mudanças foram: reorganização da divisão do trabalho, fator imprescindível para a compreensão do capitalismo em escala mundial, o que manifestaria, sobretudo, a crescente concorrência internacional, pois, para retomar o crescimento é preciso competir e vencer, assim a competitividade passa a ser o motor da globalização, assim como foi o “progresso” no início do século XX, e o “desenvolvimento” no pós-segunda [...] (MOREIRA, 1997 *apud* VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 38).

² “Década perdida” é um termo de referência à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 1980, neste período, verificou-se uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Para a maioria dos países desta região, a década de 80 trouxe consigo: Crises econômicas, volatilidade de mercados, problemas de solvência externa e baixo crescimento do PIB. No Brasil, tal década é marcada pelo final do ciclo de expansão vivido nos anos 70. Em geral, esta possui por características grande desemprego, estagnação da economia e índices de inflação extremamente elevados.

Nessa direção, enquanto os países periféricos passavam por reciclagens econômicas, os do Centro tentavam manter sua hegemonia no núcleo da esfera produtiva, destaca-se a aparição do “Projeto Guerra nas Estrelas³”, ou Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) do período Reagan, com este, a corrida pela supremacia tecnológica ganharia novos significados na agenda mundial, dando à chamada Revolução Científica Tecnológica (RCT) o caráter de uma “guerra crucial”, e quem a vencesse, ganharia a luta pela liderança mundial. Desta forma, Vizontini (1998) assinala que:

Maior competitividade significa alcançar maior produtividade, o que por sua vez é obtido incrementando-se o emprego de tecnologia e reduzindo-se os custos de matéria-prima e mão de obra. Assim configura-se a chamada Revolução Científica Tecnológica, fenômeno que [será considerado] um instrumento primordial da globalização. (VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 38).

Os países Centrais⁴ impulsionariam tal revolução, principalmente nas seguintes áreas: Informática, comunicação e telecomunicação, biotecnologia, robótica, supercondutores, engenharia civil e etc. O desenvolvimento destes setores passou a ser alcançado por meio de pesquisas científicas planejadas, sendo automaticamente transferidas à economia, deixando de ser um resultado espontâneo da evolução produtiva. Através da informatização, automação e robotização, a RCT desencadeia uma mudança estrutural na produção: Encerra-se a Era Fordista⁵.

Deste modo, a partir do Pós-guerra Fria, o Sistema Internacional (SI) seria marcado pela construção de uma Nova Ordem política-econômica, cujas buscas por maior crescimento e desenvolvimento – em todas as suas esferas: Econômicas, políticas, sociais, culturais e geopolíticas – seriam concretizados a partir de massivos e prioritários investimentos no fator tecnologia.

Pode-se observar que o Brasil inseriu-se nestes três eventos – Globalização, Agendas (Neo)liberalizantes e RCT –, efetivamente, a partir dos anos de 1990, por meio de reformas nos sistemas monetário e produtivo, acarretando em mudanças bruscas nos índices sócio-econômicos nacionais. Um dos objetivos destas reformas era promover uma “nova” inserção do país na economia global, tanto por meio da

³ O projeto Guerra nas Estrelas, criado pelo governo do presidente Ronald Reagan em 1984, “consumiu quase 100 bilhões de dólares”, e previa criar um escudo para identificar e destruir no ar mísseis nucleares que viessem a serem lançados pela União Soviética. Para mais informações, ver <http://veja.abril.com.br/250505/p_064.html>.

⁴ De acordo com nossas leituras, chamamos atenção para alguns países periféricos, como: Índia, China e Coreia do Sul, que por meio de políticas de incentivos, em diversos setores estratégicos de suas respectivas economias, assim como os países do Centro, estes também tiveram uma inserção expressiva no Sistema Internacional.

⁵ Como citado em diversas na literatura, o Fordismo é o nome dado ao modelo de produção automobilística em massa, instituído pelo norte-americano Henry Ford. Esse método consistia em aumentar a produção através do aumento de eficiência e baixar o preço do produto; resultando no aumento das vendas que, por sua vez, iria permitir manter baixo o preço do produto

abertura de nossos mercados, quanto pelo o que esta ação supostamente implicaria, pois, acreditava-se que esta abertura proporcionaria um grande estímulo à produção brasileira. Esta “estratégia” tornou-se política de governo de FHC, e como tal, era vista com grande otimismo para a objetivação do interesse nacional. Porém, esta política enfrentou uma série de obstáculos, e seu relativo fracasso expressou-se em índices pífios de crescimento econômico.

Deste modo, procuraremos discutir em que medida o Governo FHC, ao buscar uma nova inserção da Economia brasileira na Economia mundial, procurou implantar uma política de desenvolvimento tecnológico por meio da produção nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C.T&I). Discutiremos as políticas públicas para este setor e quais foram seus principais obstáculos, nos anos 90.

Neste sentido, José Luís Fiori (1999), assinala que:

Até o fim dos anos 70, três países da América Latina mantiveram o crescimento de sua renda *per capita*: Brasil, Colômbia e México. No entanto, a partir do início dos anos 80, o crescimento destes países despencou e eles perderam as promissoras posições que haviam conquistado em termos de participação na renda mundial. [O caso brasileiro é desastroso,] as taxas médias de crescimento anual de seu PIB *per capita* passaram de 6% na década de 1970 para 0,96% na década de 1980 e algo em torno de 0,60% entre 1990 e 1998. (FIORI, 1999, p. 13).

Juntamente com as análises de Fiori e Baer, ressalva-se que a partir do primeiro choque do petróleo, em novembro de 1973, o Brasil deu início a uma nova fase de seu desenvolvimento (BAER, 1995, p. 104) ao invés do país procurar ajustar sua economia às mudanças provocadas pelo aumento do preço do barril e do declínio nas relações de troca do país, o governo optou por realizar um programa de crescimento, que implicaram em importantes mudanças estruturais na economia, porém, os resultados dessas mudanças ocasionaram a volta desenfreada da inflação e uma extraordinária expansão da dívida externa.

Essa tentativa de desenvolver um programa de larga escala de atualização do modelo de substituição de importações (MSI), principalmente no setor da indústria pesada e de projetos de infra-estrutura, visavam, sobretudo, uma maior economia na importação de energia e diversificação das exportações, que tinha como lastro de sustentação os grandes empréstimos externos. Mais tarde, o segundo choque do petróleo em 1979, levar-nos-ia à estagnação econômica, e a partir da metade dos anos 80, á explosão inflacionária

Neste Contexto, cabe ressaltar a criação da Lei 7.232⁶, a chamada *Política Nacional de Informática* (PNI), lei aprovada em 1984, com prazo de vigência

⁶ Lei aprovada em 29 de outubro de 1984. Informações retiradas: <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso em dezembro de 2009.

previamente estabelecido em 8 anos. Esta, visava estimular o desenvolvimento da indústria nacional de informática, através do estabelecimento de uma reserva de mercado para as empresas que dotassem de capital nacional.

Em sua gênese, encontram-se os anseios “Brasil Potência”, vigentes no Regime Militar (1964 – 1985). Contudo, sua justificativa, foi a busca por uma maior eficácia de proteção da concorrência com as multinacionais do setor (IBM, Burroughs, HP, Olivetti e etc) instauradas no país. Contudo, considera-se esta, como um clara tentativa de redefinição dos rumos da política industrial para o setor tecnológico. No entanto, mais tarde o que se pôde observar de seus efeitos, foram resultados insuficientes e pouco convincentes.

Os resultados desta política de atualização e a repercussão das avassaladoras crises externa e interna da década de 80, provocou insatisfação de todos os segmentos da sociedade, acirrando as tensões sociais existentes no país, como expõe Filgueiras (2006), tal descontentamento se expressou entre outros eventos: “na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989” (FILGUEIRAS, 2006, p. 181)

A partir deste cenário, na esfera política-econômica, a nova fase democrática brasileira trouxe consigo grandes desafios, o emergencial, sem dúvidas, era a procura por uma estabilização econômica durável, porém, durante a administração do presidente José Sarney (1986 – 1990), não havia de fato um projeto estratégico de longo prazo, além disso, a falta de coesão sociopolítica dificultou a implementação e o desenvolvimento de reformas de curto prazo, predominaram os planos de estabilização econômica – Plano Cruzado (1986/87), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989) –, cujos resultados foram pífios. Sarney saiu do governo e o final dos anos 80 observam-se projetos distintos em disputa, em um contexto no qual o país beirava hiperinflação e o tom de desesperança era dominante.

De um lado, começou a ganhar força, refletindo a ascensão dos movimentos sociais nas cidades e no campo, um projeto reformista, cujas principais bandeiras eram a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa, a retomada do crescimento econômico, o aumento do emprego e expansão dos direitos sociais. A candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), as eleições de 1989 expressam esse projeto, que pode ser sintetizado pelo *slogan* da campanha: “Terra, Trabalho e Liberdade”.

De outro lado, Fernando Collor de Mello, com enorme apoio da imprensa, ganhou crescente espaço a partir de seu programa calcado na moralização da política e dos serviços públicos, e de alinhamento às propostas Liberais de abertura e desregulamentação das Economias nacionais, que ganhavam rápido terreno em

escala mundial, naquele momento. Os setores conservadores viram em Collor, a “tábua de salvação” para o avanço da esquerda, embora, nem todos estivessem convictos do caminho a trilhar. A resolução do impasse, como sabemos, foi a vitória de Collor nas eleições de 1989.

Em março de 1990, Fernando Collor de Melo assume a presidência, e diferentemente de Sarney, Collor apresentou um plano político-econômico bem definido, as metas eram reduzir os altos índices inflacionários e modernizar a economia através de medidas drásticas de liberalização.

Pode-se dizer que o início dos anos 90 seria marcado pela adoção de um novo conjunto de políticas macroeconômicas e implementação de reformas favoráveis ao mercado, demonstrando ser uma clara tentativa de retomar seu antigo dinamismo econômico. Como ressaltam Pinheiro, Giambiagi, e Moreira (1997):

Essas reformas compreenderam uma série de iniciativas que objetivavam aumentar a produtividade por meio da minimização da interferência governamental no mercado e da maximização da competitividade na economia. Dentre essas iniciativas, as mais importantes foram: A liberalização do comércio, a privatização e a desregulamentação. O impacto da liberalização do comércio foi imenso, tanto se consideramos a integração do país à economia mundial como o incentivo que isso representou para a modernização tecnológica e o incremento da produtividade. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 1997, p. 8).

Nesta direção, eles avaliam que a partir de 1990/91, o Brasil da década de 90 passaria por três reformas de cunho político-econômico:

Nesta primeira (1991/94), o Brasil abandonou o tradicional regime de substituição de importações, abrindo a economia e privatizando firmas industriais. A economia reagiu positivamente, mas a alta inflação barrou os ganhos de eficiência e o crescimento;

Na segunda fase (1995/98), é possível notar que o primeiro mandato de FHC avançou ao levar as privatizações para o setor de infra-estrutura e ao conter expressivamente a inflação, contudo, a lentidão em adotar o regime de flutuação da taxa de câmbio, e a falta de disciplina fiscal levaram ao aumento do déficit fiscal e em conta corrente, o que também comprometeu o crescimento do país;

Na terceira fase (1999/03), adotou-se um novo conjunto de políticas macroeconômicas, lastreadas em contenção fiscal, metas de inflação e flutuação da taxa de câmbio, mostrando sinais de uma potencial recuperação econômica. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 29).

Dadas estas análises, um momento importante para nós no Governo Collor, foi a retomada de métodos que visassem o incentivo ao plano de CT&I, já que, uma nova lei de informática foi aprovada pelo Congresso em 1991, e embora a definição

de novas regras para o setor tenha ocorrido com a aprovação da Lei 8.248/91⁷, sua vigência inicia-se apenas com a remoção dos mecanismos de regulamentação em 1993.

Esta legislação eliminou as restrições anteriores ao capital estrangeiro e definiu uma nova política de estímulo, centrada na obrigatoriedade de esforços mínimos em P&D. Com a implementação da esta nova Lei, as atividades relacionadas à informática passaram a contar com uma política de incentivos fiscais vinculados à realização de esforços de P&D no Brasil. De acordo com Garcia e Roselino (2005):

Esta legislação ocupou, [desde então, parte do chamado] “vazio institucional” deixado pelo desmonte do aparato da política de informática. A definição deste novo regime deu-se ainda com o lançamento de programas governamentais, com enfoques mais restritos no início dos anos 90, como parte integrante de um projeto maior denominado DESI (Desenvolvimento Estratégico em Informática). (GARCIA; ROSELINO, 2005, p. 5).

Tal projeto incorporava:

- **Rede Nacional de Pesquisa – RNP**, com a missão de desenvolver e implementar a infra-estrutura para a internet com fins acadêmicos;
- **Programa Temático Multiinstitucional em Ciência da Computação – ProTeM-CC**, articulando projetos de pesquisa consorciados entre a comunidade acadêmica e setor privado;
- **Programa Nacional de Software para Exportação – SOFTEX**, que tinha como objetivo ampliar a presença do software nacional no mercado internacional; e
- **Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, SINAPAD**, que visava criar centros de prestadores de serviços de supercomputação no País. (BRASIL, 1998).

Desta forma, o ambiente criado aos fabricantes brasileiros era de otimismo, pois tais leis aferiam, aparentemente, a possibilidade do desenvolvimento de uma tecnologia nacional e, com ajuda do Estado, nossas indústrias estariam plenamente aptas para competirem em termos igualitários com as concorrentes estrangeiras quando a reserva de mercado terminasse, como ocorrido no Japão e nos Estados Unidos. Porém, mesmo com um objetivo planejamento, contemplando grandes investimentos na busca por grandes resultados, esta política não obteve o resultado esperado. Quanto ao aspecto externo, ainda no Governo Collor, deu-se efetivamente início ao processo de liberalização, foi criado o PND (Plano Nacional de

⁷ Lei aprovada dia 23 de outubro de 1991.

Desestatização) que englobava empresas de grande porte. Porém, tanto as políticas industriais a favor de medidas à curto prazo, quanto o fracasso das tentativas de estabilização e as acusações de corrupção generalizada, paralisaram o Governo e aceleraram o processo de *impeachment*, Collor deixou o cargo em setembro de 1992.

Assume o Governo o presidente interino Itamar Franco (1992-1994), e apesar de sua hesitação, Itamar deu prosseguimento ao processo de privatização, além disso, as ineficientes medidas contra a inflação foram retomadas: congelamento de preços, novas indexações e quebra de contratos existentes. Em 1993, o programa de privatizações foi totalmente restabelecido e posteriormente ampliado, várias empresas de infra-estrutura foram incluídas⁸ (como energia e transportes), e em maio deste mesmo ano, FHC foi indicado como seu quarto ministro da fazenda. A inflação continuava imbatível, o novo ministro agiu rápido, e um mês após sua indicação foi apresentado o “Plano Real”, o qual teria três fases: O Programa de Ação Imediata, a criação da URV (Unidade Real de Valor) e a implementação da nova moeda, o Real. O P.A.I – Programa de Ação Imediata – foi um conjunto de medidas econômicas elaboradas em julho de 1993, as quais apontava as seguintes necessidades:

- **Corte de gastos públicos** – de aproximadamente 6 bilhões de dólares no orçamento de 1993, em todos os ministérios.
- **Recuperação da Receita** – através do combate a evasão fiscal, inclusive das grandes empresas.
- **Austeridade no relacionamento com Estados e Municípios** – através do corte de repasses inconstitucionais, forçando Estados e Municípios a equilibrarem seus gastos através de cortes.
- **Ajustes nos Bancos Estaduais** – em alguns casos, através da intervenção do Banco Central, buscando cortes de gastos e punindo irregularidades com a Lei do Colarinho Branco.
- **Redefinição das funções dos Bancos Federais** – buscando o enxugamento da estrutura, evitar a concorrência recíproca e predatória, e punir irregularidades através da Lei do Colarinho Branco.
- **Privatizações** – De empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, por entender que as empresas públicas estarem reféns de interesses corporativos, políticos e econômicos. (FILGUEIRAS, 2000, p. 117-184).

A segunda etapa do Plano, a criação da URV ocorreu em 27 de maio de 1994, inicialmente convertendo os salários e os benefícios previdenciários, promovendo a neutralidade distributiva, e no dia 30 de junho de 1994, foi editada

⁸ Podemos observar que dois fatores permitiram essa significativa expansão do volume e da abrangência das privatizações: O primeiro, a participação dos governos estaduais no esforço de privatização, o que possibilitou a venda de diversas companhias; o segundo, a decisão de alterar a Constituição em 1988, para acabar com o monopólio do governo sobre certas áreas e eliminar a discriminação contra as subsidiárias de companhias estrangeiras. Desta forma, criou-se a oportunidade de expandir o programa de privatização para setores como telecomunicações, eletricidade e mineração, que eram as principais áreas produtivas sob controle estatal no Brasil.

a Medida Provisória que implementou a nova moeda, o Real, fechando a terceira fase do plano.

Com o Plano Real em ação, houve uma impressionante queda da inflação, fato que, como previsto, elevou os níveis de eficiência da produção, estimulou a competitividade e atraiu o investimento estrangeiro. Contudo, também houve um nítido aumento dos déficits fiscais e na conta corrente, ocasionando o aumento da vulnerabilidade externa do país, a qual seria combatida com o aumento das taxas de juros, acarretando na elevação dos índices de desemprego. Mesmo com estes expressivos aumentos, como um todo, a economia dava sinais de recuperação, e os frutos desta estabilidade econômica foi fator principal para a eleição de FHC á presidência do Brasil em 1995.

A estratégia de FHC esperava um incremento da produtividade, decorrente do desenvolvimento tecnológico, por meio de maior competitividade e do aumento do investimento externo. A consequência seria o crescimento da economia e do emprego. Esperava-se também, que os aumentos da produtividade e competitividade, levariam em médio prazo, ao aumento das exportações e, por conseguinte, a redução da vulnerabilidade externa. Esses seriam os principais frutos da política de abertura. No entanto, não era certo que o Plano Real levar-nos-ia a estes resultados. Além disso, a lentidão em resolver os principais desequilíbrios macroeconômicos do país, era vista como os maiores obstáculos no caminho da recuperação econômica. As reformas fiscais do final de 1998 e início de 1999, ao lado da desvalorização de janeiro de 1999, foram as primeiras tentativas de superar esses obstáculos⁹. Portanto, o desenvolvimento tecnológico seria de acordo com a concepção do Plano, um dos pilares centrais dessa estratégia de desenvolvimento. Mas em que medida, a política econômica de FHC perseguiu esse objetivo? Ou seja, em que medida estabeleceu-se uma ampla política de desenvolvimento tecnológico capaz de contribuir para a modernização da economia e para simultaneamente e enfrentar o problema do baixo crescimento econômico e de vulnerabilidade externa?

Neste mesmo período, na esfera tecnológica, cabe ressaltar o fim da vigência da Lei 8.248/91, após um intenso debate no Parlamento e entre outros grupos políticos; foi aprovada uma nova legislação pertinente ao tema em 2001, a Lei 10.176/01¹⁰. Esta mantém o mesmo ideal da lei anterior, ou seja, baseia-se na concessão de estímulos fiscais mediante o atendimento de obrigações relativas à realização de investimentos internos em P&D.

⁹ Em 1999, início de seu segundo mandato (1999/2002), por uma série de razões, o processo de privatização começou a desacelerar, chegando a uma paralisação quase completa, aponta-se a principal razão para o declínio do apoio popular. Mas, também é importante ressaltar que houve uma menor pressão por privatizações no âmbito da política macroeconômica, e maior complexidade técnica e política que marcava a privatização das estatais remanescentes.

¹⁰ Aprovada em 27 de dezembro de 2000 e sancionada no dia 11 de janeiro de 2001.

A chamada “nova Lei de Informática” estendeu os benefícios até o ano de 2009, aprimorando alguns aspectos da legislação anterior, na medida em que instituiu a obrigatoriedade de credenciamento das instituições habilitadas a realizar convênios, bem como uma política de desenvolvimento regional, que estabelece critérios geográficos para a destinação de parcela dos recursos investidos.

É nesta direção, que para alguns autores, como Gonçalves, afirmam que o campo de C&T.I no Governo FHC não foi bem administrado, o próprio Gonçalves (2002) relata sobre os erros de estratégia e de política econômica da “era FHC”, os quais aumentaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira e, portanto, colocaram o país em uma trajetória de instabilidade e crises, já que esta última foi determinada pela clara vulnerabilidade externa do país, que tem raízes na estratégia passiva¹¹ de inserção internacional e erros de política do governo, como o fato de ter deixado a abertura atuar livremente na economia, a fim de que esta provocasse altos índices na produção nacional, algo que não aconteceu.

2 RESULTADOS PARCIAIS

Diante do exposto, considerando que o projeto está em andamento, nossas pesquisas sugerem era preciso políticas públicas consistentes, as quais fortificassem as empresas nacionais antes da abertura econômica, pois, consideramos preliminarmente, que para a política de abertura alcançasse os resultados almejados, FHC deveria ter investido em políticas educacionais, tecnológicas e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) neste ramo. Pois, acreditamos que a ausência de uma ampla política de desenvolvimento Tecnológico foi, entre outras, uma das principais carências da política de reforma da década de 90, que procurava desfazer os nós formados pelos desequilíbrios macroeconômicos das décadas anteriores.

Ou seja, mesmo que as políticas de abertura visassem à retomada do crescimento econômico sustentado, esse objetivo frustrou-se, devido a erros estratégicos por parte do Governo, pois, acreditamos que, entre outros pontos, não havia políticas públicas concretas que fortalecessem as empresas nacionais frente à maior concorrência externa, o que contribuiu para a não criação de uma base consistente para o desenvolvimento tecnológico no país. A decisão de abrir nossos mercados, sem

¹¹ “A inserção passiva no sistema mundial de comércio significa, então, que a trajetória de crescimento econômico endógeno dos países em desenvolvimento torna-se dependente da evolução dos preços dos produtos primários e da evolução da demanda internacional. As perspectivas são pouco favoráveis para países dependentes da exportação de *commodities*, tendo em vista a concorrência no mercado internacional, a instabilidade dos preços das *commodities*, o baixo dinamismo da demanda por produtos primários e o progresso técnico que substituiu matérias-primas por produtos manufaturados.” (GONÇALVES, 2003, p. 99).

estas políticas de desenvolvimento, a fim de que tal abertura provocasse altos índices na produção nacional por si só, foi uma medida, claramente, insuficiente.

É importante ressaltarmos, para que tal medida alcançasse os resultados almejados, FHC deveria ter, entre outros aspectos, investido substantivamente em políticas educacionais, tecnológicas e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) neste ramo.

REFERÊNCIAS

- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Editora Nobel, 1995.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. **Setor de Tecnologias da Informação Lei nº 8.248/91 - Resultados**. 1998. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ci000009.pdf> Acesso em: 17 dez. 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996. p. 219
- CORSI, Francisco Luiz, Dossiê “Globalização”: A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia Capitalista, In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba n.19, p.11-29. Nov.2002. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/610107.html> Acesso em: 14 dez 2010.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- _____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Eduardo M. BASUALDO; Enrique ARCEO (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. v. 1. p. 179-206.
- FIORI, José Luís. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: _____ (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 11-46.
- _____. **Globalização, estados nacionais e políticas pública**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS, 1993.
- GARCIA, Roselino.; ROSELINO, José. Eduardo. **Considerações sobre a Lei da Informática: uma avaliação de seus resultados como instrumento indutor de desenvolvimento tecnológico e industrial**. Campinas: Unicamp, 2005.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- _____. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- MORERIA, Maurício Mesquita.; CORREA, Paulo. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 61-91, abr./jun. 1997.

PINHEIRO, Amando Castelar.; GIAMBIAGI, Fábio.; MOREIRA, Maurício. Mesquia. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2001 (Textos para discussão, n. 91).

VIZENTINI, Paulo. Fagundes.; CARRION, Raul. (Org.). **Globalização, neoliberalismo e privatização: quem decide este jogo?** Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1998.